

Vila Velha de Ródão

25.04.2024

J.M. Sérvulo Correia

1. Agradeço aos Ex.mos Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal o honroso convite que me dirigiram para evocar, nesta sessão solene, as transformações induzidas na sociedade portuguesa pelo 25 de Abril. Justificam o convite por aquele que teria sido o meu contributo para a edificação da Democracia portuguesa através do desempenho de funções institucionais num momento “particularmente exigente e difícil”. Seria falsa modéstia negar que tenha dado algum contributo à democratização e modernização de Portugal, muito embora no meio, de tantos outros contributos que, naqueles primeiros anos, se

conjugaram ou compatibilizaram para construirmos um País diferente. E muitos desses contributos de outros cidadãos e cidadãs excederam o meu em relevo e eficácia, dada, até, a relativa brevidade do meu percurso no desempenho de funções governamentais e parlamentares, interrompido em princípios de 1979, quando, tendo-me desligado do Partido em cuja fundação participara, suspendi o mandato de deputado à Assembleia da República para não mais lá regressar.

Não sou historiador: sou professor de direito público e advogado. Não me proponho, pois, reconstituir historicamente, aqui e agora, aqueles dias de transição, entre 1974 e 1979, tão repletos de desafios, novas experiências, riscos, incertezas e realizações. Destas, a maior foi a Constituição de 1976. Tendo conhecido já algumas revisões – efetuadas nos termos que ela própria prevê – continua a ser a matriz que estrutura e rege a República Portuguesa do nosso tempo.

Em vez de historiar aqueles momentos ao mesmo tempo revolucionários e democraticamente constituintes, proponho-me, correspondendo, aliás, mais fielmente à tarefa de que fui incumbido,

proceder a uma sintética, ainda que por certo lacunosa, comparação dos tempos vividos em Portugal antes e depois do 25 de Abril. Ao longo destes últimos 50 anos, tanta coisa mudou já e tantas perspectivas se abriram para a continuação sustentada da transformação nas nossas condições de vida! Perspetivas essas – é preciso dizê-lo – pontuadas de limitações e insuficiências, em parte insuperáveis a curto prazo e, noutra parte, evitáveis no futuro se as devidas ilações forem retiradas, objetiva e desapassionadamente, da lição dos factos.

2. São de quatro ordens as razões pelas quais me atrevo a vir falar-vos neste momento, cuja solenidade é acentuada pelo peso de cinquenta anos de História. São elas a minha independência, a idade, o estatuto académico e as raízes fratelenses, o que também quer dizer rodanenses.

Em primeiro lugar, sou independente: tendo exercido atividade político-partidária entre 1974 e 1979, não tenho inscrição partidária desde o início da década de 80 do Século passado, nem me candidatei

em eleições ou desempenhei cargos políticos. Não quer isto dizer que não tenha procurado ser um cidadão consciente: nunca me abstive de votar, fazendo-o de cada vez pela forma que considerei preferível para o meu País. Quer isto dizer que tenho integrado o chamado “eleitorado flutuante”.

Em segundo lugar, a minha idade: tenho 86 anos. E, daí, duas implicações quanto a esta minha presença, hoje. Já havia completado 36 anos na data histórica que comemoramos. E já vivi, após ela, mais cinquenta anos. Encontro-me, por isso, em condições de testemunhar comparativamente sobre os períodos anterior e posterior. Além disso, porém, e tanto quanto me possa entender a mim próprio, a idade avançada reforça-me a independência. Por assim dizer, às portas da eternidade, já não tenho ambições pessoais, interesse em agradar à custa das minhas convicções ou receio de que me qualifiquem como “politicamente incorreto”. Certas ou erradas, as opiniões que aqui expresso correspondem àquilo que realmente penso.

Em terceiro lugar, atribuo o honroso convite para aqui falar hoje do 25 de Abril ao meu estatuto académico, que me cria a obrigação

de analisar o acontecimento e as suas consequências com a possível objetividade, graças à referência, ainda que subliminar, ao Direito Público e à Ciência Política com os quais lidei no ensino universitário. Efetivamente, licenciiei-me pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1959, ainda na idade de 21 anos. Viria a concluir ali o então “Curso Complementar” em Ciências Político-Económicas, equivalente ao atual mestrado, em 1968. Lá fiz, depois, o doutoramento em Direito Público, em 1987, e prestei, anos após isso, provas de agregação, uma espécie de “super-doutoramento” indispensável ao atingimento em concurso público da categoria de professor catedrático, na qual me reformei por limite de idade ao perfazer 70 anos.

E, em quarto lugar, se me sinto à vontade para vir comemorar o 25 de Abril, aqui particularmente, em Vila Velha de Ródão, isso se deve às minhas velhas e fortes raízes e vivências fratelenses, o que, como já disse, significa rodanenses, visto que o Fratel integra como freguesia o Município de Vila Velha de Ródão, pleno de História, de imponente beleza natural e de abertura ao futuro demonstrada pelo

desenvolvimento do seu parque industrial, pela resistência à desertificação e pelo peso da população juvenil, evidenciado no aumento da frequência do ensino secundário.

As minhas raízes fratelenses são, em primeiro lugar, genéticas. O meu Pai, Dr. Joaquim Sérvulo Correia, nasceu no Fratel em 1904. Os seus antepassados conhecidos eram todos de lá, com exceção de um francês que, em meados do Século XIX, por ali passou e se apaixonou pela minha Trisavó Maria Pomba. Casaram e tiveram muitos filhos, uma das quais minha Bisavó. O estudo dos assentos paroquiais, digitalizados na Torre do Tombo, mostra que o meu Pai descendia em linha reta masculina de Manuel Gaspar Correia, nascido no Fratel em 1620. E, se nada sabemos para trás dessa data, é por os registos paroquiais só haverem tido início em 1640. Pelo meu lado, eu estou ligado ao Fratel desde os cinco anos de idade, quando o meu Pai regressou de Angra do Heroísmo, para onde tinha ido efetivar como professor dos liceus e onde nasci. Ainda me lembro da funda impressão causada, num fim de tarde de Verão, quando, subindo a estrada da estação pela primeira vez na carroça do Senhor

Joaquim Moreira, que era o “táxi” de que ali se dispunha, aspirei a fragância do alecrim e do rosmaninho, que não existem nos Açores. E pelo Fratel ficaria numa parte da minha infância, entregue aos cuidados dos Tios Avós – irmãos da minha falecida Avó Leonor – que possuíam a velha casa de família que hoje me pertence.

Estes, pois, alguns dos dados que condicionam a minha busca de um sentido para o passado e a minha esperança quanto ao futuro dos meus filhos e netos, dos meus concidadãos e do nosso Portugal na Europa e no Mundo.

3. Fica assim efetuada a apresentação do orador, de modo a facilitar a quem o escuta um eventual juízo crítico sobre as opiniões que ele exprime.

Podemos, portanto, passar a um breve retrato do regime político derrubado no 25 de Abril. Ao longo dos seus 40 anos de existência (se lhe dermos por início a aprovação em referendo da Constituição de 1933), o “Estado Novo” foi perdendo a “novidade” e

atravessou várias fases, que se não poderão aqui historiar. Interessam antes as facetas negativas que o caracterizaram nos últimos anos da sua existência. O seu defeito capital pode sintetizar-se do seguinte modo: tratava-se de um modelo de poder alheio ao padrão do Estado de Direito Democrático. O “Estado Novo” era um “Estado de legalidade”, mas não um “Estado de Direito”. “De legalidade”, visto que os tribunais asseguravam em geral a observância das leis. Mas essa legalidade não se confundia com o Direito, porque as leis não tinham origem em órgãos democraticamente legitimados e nem sempre respeitavam Direitos Fundamentais, como a liberdade de expressão, a liberdade de associação ou a liberdade de reunião e manifestação.

Por esse motivo, Portugal não tinha lugar como membro no Conselho da Europa, uma organização internacional com sede em Estrasburgo, que se centra na garantia da observância da Convenção Europeia dos Direitos do Homem graças à sujeição dos Estados Membros à jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

A liberdade de expressão era suprimida pela censura, omnipresente sobre a comunicação social, todo o material impresso, cinema e teatro. Só se podia ler, ouvir e ver aquilo que os esbirros do regime deixavam passar. Como muitos outros, eu aproveitava as deslocações a Paris ou a Londres por razões de trabalho ou familiares para comprar livros e ver filmes que cá nunca chegariam.

Por seu turno, a liberdade de associação não era reconhecida em aspetos essenciais. Não se permitia a formação de partidos políticos e era extremamente limitada a instituição de associações culturais. Nos sindicatos, só eram admitidas as direções fiéis ao Governo.

Sem liberdade de expressão, de associação, de reunião e manifestação, nunca poderiam ter sido justas as eleições para a Assembleia Nacional, nem fiáveis os seus resultados. E, ainda assim, estes eram discricionariamente falsificados.

Este ambiente opressivo era cimentado pelo funcionamento de uma polícia política, dispendo de extensa rede de informadores, e pela existência de presos políticos, já que a lei vigente incriminava as atividades organizadas de oposição, sobretudo aquelas que

envolviam um aparelho clandestino, como era o caso do Partido Comunista.

O clima de tensão política agravou-se consideravelmente nos últimos anos do “Estado Novo”. Quando Marcello Caetano substituiu Salazar como Presidente do Conselho, reinou entre muitos - entre os quais me contei, devo dizê-lo - a esperança de que o novo governante iria pilotar uma gradual reforma das instituições em direção ao modelo democrático dos países da Europa Ocidental. Conheci pessoalmente Marcello Caetano. Não na vida política, em que nunca lidei com ele ou com a sua gente, mas na Faculdade de Direito, onde fui seu aluno na licenciatura e em dois seminários anuais do Curso Complementar, que repeti entre 1966 e 1968. Era um homem superiormente inteligente e um grande jurista positivista, construtor da primeira Teoria Geral do Direito Administrativo no nosso País. Mas era timorato e o seu sentimento legalista, aliado a um mau conhecimento do estado de espírito a nível dos capitães e dos majores, ou seja, dos oficiais em efetivo contato com as unidades militares, impediu-o de dar o golpe necessário para afastar Américo

Tomás e outros oficiais generais desligados da realidade. Por outro lado, Caetano enfrentava um dilema, do qual Salazar fora o principal culpado, ao não ter promovido em tempo útil o início de um processo gradual de descolonização quando, no termo da II Grande Guerra, a percepção da força dos “ventos de mudança” levou ingleses e franceses a fazê-lo. E, agora, na década de 70, os movimentos de libertação estavam muito radicalizados sob influência da União Soviética, o que justificava um mau agouro para o destino dos portugueses de origem europeia residentes nos territórios africanos.

Mas, quando um bloqueio à evolução de uma sociedade carecida de um novo ponto de equilíbrio se torna insustentável, o impasse rompe-se pela via revolucionária e foi isso que sucedeu em 25 de Abril de 1974. Portugal precisava de reencontrar um caminho de futuro e bastou a deslocação para o Terreiro do Paço de uma reduzida coluna de autometralhadoras da Escola Prática de Cavalaria de Santarém para precipitar o desmoronamento de uma construção política já desprovida de sustentação. Aos militares que nesse dia agiram, deve a Pátria, sem dúvida, um preito de gratidão.

4. É agora o momento de procurar identificar as principais diferenças, na nossa vida em Portugal, entre os tempos que antecederam o 25 de Abril e os 50 anos que lhe sucederam e hoje se perfazem. A escassez de tempo para tamanha tarefa força-me a indicar telegraficamente apenas a natureza dessas modificações. Certo de que outras poderiam ser apontadas, escolhi oito, a saber: 1.^a O fim da guerra do Ultramar e a descolonização; 2.^a A aprovação democrática de uma Constituição compromissória; 3.^a A vivência em Estado de Direito Democrático; 4.^a Os avanços na edificação de um Estado Social; 5.^a A autonomia política dos Açores e da Madeira; 6.^a A vitalidade do Poder Local; 7.^a A plena integração de Portugal nas estruturas jurídica e financeira da Europa; 8.^a O fim do nosso isolamento internacional.

Vejamos então:

Feita no momento tardio em que teve lugar, a descolonização tinha de ser dolorosa. Mas foi o preço do fim de uma guerra que se arrastava sem modo de saída visível e para cujos sacrifícios a Nação

ia perdendo resiliência, ao passo que, para Portugal, se adensava na comunidade internacional a reputação de Estado-pária.

E, depois de uns primeiros meses pós-revolucionários plenos de contradições e perigos, uma Assembleia Constituinte, eleita, em 1975, pela primeira eleição honesta alguma vez havida em Portugal, aprovou uma Constituição na qual cada uma das forças políticas em confronto encontrava alguma coisa com que se identificar sem que nenhuma delas a tivesse afeiçoado completamente ao seu próprio programa. Creio que foi esta institucionalização do compromisso que nos poupou a Guerra Civil cujo fantasma planara sobre nós.

Esta Constituição da República Portuguesa – já algumas vezes sujeita a revisões que a atualizaram sem a desfigurar – materializa o sólido alicerce do nosso Estado de Direito Democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes.

Mas a Constituição não se fica pela adoção do modelo de Estado de Direito Democrático, combinando-o com o do Estado Social, promotor da Democracia Social, Cultural e Económica. Passando do texto da Lei Fundamental para as realizações que o foram concretizando ao longo das últimas décadas, sublinho a criação do Sistema de Segurança Social unificado, a do Serviço Nacional de Saúde, bem como a democratização do acesso à educação.

Não ignoro que, em torno destes sistemas, tem reinado um agitado ambiente de insatisfação com o nível dos serviços e de reivindicação pelos respetivos trabalhadores. Mas duas coisas me parecem certas e não deveriam, ao que penso, ser esquecidas. A primeira é a de que, de qualquer modo, não existe comparação entre a desproteção social dos portugueses em 1974 e a proteção que hoje em dia lhes é proporcionada pelo Estado Democrático e Social. E a segunda é a de que, em Portugal, os recursos não se mostram suficientes para que tudo aquilo que é exigido na praça pública possa ser imediatamente satisfeito. A classe política deveria mostrar-se mais responsável, abstando-se de fazer promessas irrealizáveis e

explicando em vez disso, com objetividade, quais os limites com que nos defrontamos. A diferença entre os programas partidários deveria consistir em distintas ordens de prioridades no dispêndio de recursos assumidamente escassos e não em leilões de promessas fantasiosas. E, pelo seu lado, os cidadãos deveriam encarar as contas públicas, pelas quais lhes cabe em último lugar a responsabilidade, com a mesma atenção e seriedade que se dedica aos orçamentos domésticos nas casas das famílias bem governadas.

Em quinto lugar, uma das conquistas do 25 de Abril é a autonomia política e administrativa dos Açores e da Madeira. A separação geográfica, as especificidades económicas e culturais, uma velha tradição adversa a uma governação feita à distância, recomendavam esta solução, a meio caminho entre um centralismo insuportável e o independentismo que, agitado em tempos por alguns aventureiros, não corresponderia ao entranhado portuguesismo das populações atlânticas.

E uma das mais fundas mudanças trazidas pelo 25 de Abril à vida portuguesa é, sem dúvida, a criação do Poder Local. E digo

“criação” porque, sob o anterior regime, o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal eram nomeados pelo Governo e os vereadores eram eleitos por um Conselho Municipal, por seu turno não constituído por sufrágio direto. Nas freguesias, a autoridade era exercida por um regedor diretamente dependente do Presidente da Câmara Municipal.

Como todos os aqui hoje reunidos sabemos, a institucionalização do Poder Local devolveu aos Municípios e às Freguesias a representação democrática das populações, proporcionando-lhes vetores para uma efetiva prossecução dos seus interesses próprios. Nas pessoas dos Presidentes da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, Inspetor Baptista Martins, Dra. Maria do Carmo Sequeira e Dr. Luís Pereira e nas do Senhor Presidente da Assembleia Municipal António Carmona Mendes e seus antecessores Dr. Mateus Mendes e Eng.º Conceição Lopes, homenageio o importante papel dos autarcas do Município e das Freguesias rodanenses na modernização económica, social e cultural deste nosso Concelho, onde, felizmente, ainda haverá muito para

fazer pelos que no futuro lhes sucederem, mas é hoje já tão diferente da Vila Velha e suas Freguesias de há 50 anos atrás. E, por fim, foi sem dúvida a democratização, à qual o 25 de Abril abriu as portas, que permitiu que quebrássemos o nosso isolamento graças à plena participação de Portugal nas instâncias europeias e internacionais, aí assumindo de modo geral um papel digno na defesa do Direito Internacional e dos Direitos Humanos e nas iniciativas conducentes ao desenvolvimento económico e à implementação de políticas sociais e culturais.

5. Poderia ficar por aqui, isto é, pela súpula de avanços na nossa vida coletiva que o 25 de Abril veio possibilitar. Não creio, porém, que nos encontremos hoje apenas em mais um marco de uma evolução cujas características se possam reconduzir em maior medida àquele momento quase mágico, em que a História de Portugal mudou de rumo. Na verdade, o Mundo vem-se transformando aceleradamente à nossa volta e, como não poderia deixar de ser, o mesmo sucede com os dados da nossa vida coletiva. E as mudanças

são de tamanho vulto que deveríamos tomar consciência de nos encontramos no limiar de uma nova era. Os 50 anos que aqui comemoramos não são apenas uma passagem do tempo dentro de quadros estabilizados: pelo contrário, materializaram um período que está a findar e aqueles que irão viver a nova fase histórica que aí vem têm de ir tomando consciência das condições muito diferentes com que se vão defrontar. É uma nova época, que já não conhecerei, mas que me preocupa quanto ao destino do meu País de quase nove séculos, quanto às gerações com quem lidei na Universidade, quanto aos meus sete filhos, vinte e três netos e, por ora, um bisneto.

A possibilidade de novas pandemias à escala mundial, a ameaça do imperialismo russo, a instabilidade do equilíbrio entre a China e os Estados Unidos, a profunda divisão entre os americanos e a sua tentação pelo isolacionismo, a dificuldade na conjugação entre a transformação da Europa na potência mundial para que dispõe de recursos e as atitudes excessivamente soberanistas de alguns Estados Membros, o ressentimento social devido ao empobrecimento de significativas camadas da população e às alterações do tecido sócio-

económico em consequência das inovações tecnológicas obrigam à revisão de opções políticas e das maneiras de as executar.

Não venho, obviamente, propor qualquer coisa de semelhante a um programa de governo. Limito-me a apontar três coordenadas de mudança a meu ver até agora insuficientemente consideradas e que parecem fundamentais no enfrentamento de um novo tempo português: a juventude, o mar e as Forças Armadas.

Nas famílias portuguesas, a regra sempre foi, e continua a ser, a de que os mais velhos tudo façam, se necessário com sacrifício, para proporcionar aos filhos e aos netos condições de triunfo na vida. Infelizmente, porém, enquanto corpo coletivo, a Nação não tem colocado o exercício dos direitos políticos dos cidadãos ao serviço do mesmo ideal. O risco é o de rutura na linha das gerações, com quebra chocante na natalidade, debandada dos jovens melhor preparados e perda de confiança dos restantes nas virtualidades da Democracia para lhes assegurar condições de vida razoáveis.

Torna-se, portanto, urgente que se ponha de pé uma política de juventude que abranja, de modo transversal mas coordenado, o

combate às insuficiências que afligem os nossos jovens. As diversas formas de apoio à natalidade deverão de ser combinadas com medidas graduais de solução do défice de habitação. Ao asseguramento a todas as crianças do ensino pré-primário, consabidamente necessário ao temporâneo desenvolvimento intelectual, seguido de um ensino secundário de melhor qualidade, deverão somar-se as providências necessárias para evitar que os mais capazes não completem o ensino superior por falta de meios. Para os que chegam ao mercado de trabalho, a política salarial e a de segurança social não poderão mostrar-se mesquinhas e desincentivadoras, ficando aquém daquilo que seria possível à luz de uma avaliação justa.

Não creio, por outro lado, que tenhamos vindo a prestar ao mar a atenção merecida pelo seu papel na nossa História, pela sua função de ligação entre as diferentes parcelas do território nacional e pelas virtualidades da vasta Zona Económica Exclusiva, sujeita à nossa jurisdição, e da plataforma continental, cujo reconhecimento impetramos junto do competente organismo das Nações Unidas. O

facto é que se não tem notado qualquer programação intensiva e sistemática de estudos e investigação científica sobre as características destas áreas marítimas, a proteção do ambiente marinho que nos compete como Estado costeiro e as virtualidades de exploração dos seus recursos.

Mas também de nada servirá que o Direito Internacional do Mar nos reconheça poderes de autoridade sobre estas áreas marítimas se não dispusermos dos meios navais e aéreos com os quais nelas possamos desempenhar uma presença efetiva. E com isto transitamos para o último ponto desta minha intervenção, que respeita ao insuficiente empenhamento verificado desde há bastantes anos quanto à dotação de recursos humanos e materiais que nos permitam considerar que, neste nosso tempo, as nossas Forças Armadas se apresentem com um perfil esperável da parte de um Povo soberano, decidido a lutar se necessário pela sua independência, pela integridade do seu território e pela liberdade e segurança da sua população contra qualquer agressão ou ameaça externas.

Quando olhamos para a História do nosso País, verificamos que, ao longo desse percurso já de muitos séculos, sempre a Nação Portuguesa assegurou a sua continuidade e a assunção de novos rumos geoestratégicos graças ao apreciável número de portugueses em armas. Sirva-nos de magnífico exemplo o nosso Camões. Pessoalmente, fiz um pouco mais de três anos de serviço militar obrigatório, 20 meses dos quais como alferes miliciano de cavalaria comandante de um pelotão de reconhecimento na Guiné, entre Dezembro de 1960 e Agosto de 1962. Aquele território só conheceria a guerra a sério depois da nossa substituição, sem prejuízo das batidas em que procurávamos estabelecer contato com as primeiras infiltrações do PAIGC. Como já disse, era uma guerra sem saída para nós. Mas o papel dos jovens que ali envergavam o uniforme era o de assegurar a soberania portuguesa até que outros mais velhos encontrassem as soluções políticas. Por mim, sinto orgulho nessa parte da minha vida. Nem tudo nos conflitos em África foi impecável, como sempre sucede nas guerras, mas, na grande maioria dos casos, nada temos para nos auto-criticar. Creio que a classe política dos

últimos anos já não fez qualquer serviço militar e isso explica, pelo menos em parte, o desleixo no tratamento das Forças Armadas, pelo qual estas são também em parte responsáveis, devido ao seu fechamento como classe profissional. A verdade, porém, é que os militares não são simplesmente mais uma categoria profissional: são cidadãos a quem, como diz a Constituição, cabe representar todos os portugueses no exercício do direito e dever fundamental de defesa da Pátria.

6. Em suma, neste ano de 2024, nós os portugueses temos boas razões para sentir gratidão para com aqueles que, em 24 de Abril de 1974 e em 25 de Novembro de 1975, nos abriram as portas de um meio século de progresso qualitativo em relação ao estágio anterior. Mas, hoje, perante um condicionalismo já em boa parte diferente, nós os portugueses, preservando o património político, social e económico que estes cinquenta anos nos legam, temos de delinear os novos rumos que assegurem a continuidade da soberania e da identidade do nosso Povo e acelerem o nosso progresso. São estes os desafios

com que nos confronta o novo Mundo que, em termos ainda não inteiramente claros, se vai perfilando além e aquém das nossas fronteiras.

Esse é, desde logo, o papel reservado a um debate político capaz de fugir à perversão dos populismos, reconhecendo, em vez disso, com honestidade os limites que a escassez dos nossos recursos coloca aos compreensíveis anseios. Perante aqueles limites, há que assumir prioridades em detrimento de aspirações respeitáveis. Mas o âmbito desta tarefa não se cinge ao debate político no seio dos órgãos de soberania, nele cabendo a participação decisiva de quantos se dedicam ao ensino superior, à investigação científica e à representação de interesses legítimos.

Pelo meu lado, a reflexão que me pediram conduziu-me à identificação de três prioridades para uma nova época que, qual Moisés à beira da terra de Israel, entrevejo, sabendo que nela já não efetivamente entrarei.

Em primeiro lugar, um complexo de políticas integradas, tendo a juventude como objeto. Se proporcionar um melhor futuro para os

nossos jovens em benefício do futuro de Portugal assim o exigir, pois que se sacrifiquem outros interesses legítimos, entre os quais os da terceira idade em que me incorporo.

Em segundo lugar, o oceano também requer da nossa parte, como potência marítima, um feixe de políticas com reserva de um papel à nossa juventude nos campos do ensino superior, da investigação e da Defesa Nacional, em particular na Marinha e na Força Aérea. O Oceano Atlântico é a nossa fronteira mais problemática em caso de conflitos à escala desta parte do Mundo. Por essa razão, as Forças Armadas têm de ser revitalizadas em recursos humanos, materiais e tecnológicos adequados à vigilância do mar e à defesa contra agressões que nele tenham lugar, ou que dele partam contra o Continente e as Regiões insulares.

E é assim que, meditando sobre o forte impulso recebido do 25 de Abril de 1974 pela sociedade portuguesa, nele podemos encontrar um estímulo para que, hoje, em democracia, o nosso Povo prepare as condições necessárias, feitas de prioridades e renúncias conscientes,

para um protagonismo digno de Portugal ao longo do novo capítulo
que se abre na sua longa História.

Viva Portugal!

Viva Vila Velha de Ródão!